

Núcleo de Governança, Riscos e Compliance

Relatório de Atividades Exercício 2022

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Cúpula Diretiva - Biênio 2023-2024

Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen – *Presidente do Tribunal de Justiça*Desembargadora Joeci Machado Camargo – 1ª Vice-Presidente

Desembargador Fernando Antônio Prazeres – 2º Vice-Presidente

Desembargador Hamilton Mussi Corrêa – Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador Roberto Antônio Massaro – Corregedor da Justiça

José Luiz Faria de Macedo Filho – Secretário do Tribunal de Justiça

Maria Alice de Carvalho Panizzi – Subsecretária do Tribunal de Justiça

Núcleo de Governança, Riscos e Compliance - NGRC Coordenador

Thiago Martini Ribeiro Pinto

Assessoria Técnica

Alexandre Arns Steiner
Aline Luiza Lima Furlan
Augusto Cesar Piaskoski
Fábio de Araujo
José Henrique Cesário Pereira
Laís Leopoldo Dantas
Roberta Geneci Neves Weber Teigão

Fevereiro/2023

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
COMPOSIÇÃO E ESTRUTURA DO NGRC	5
AÇÕES E CAPACITAÇÕES	6
AÇÕES PLANEJADAS E RELATÓRIO DE E	XECUÇÃO8
AÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26



ABREVIATURAS

CMP	Central de Movimentação Processual
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CGU	Controladoria-Geral da União
COE	Comunicação de Engajamento
DAUDI	Departamento de Auditoria Interna
EJUD	Escola Judicial do Paraná
ERP	Gerenciamento Administrativo Integrado
GR	Gestão de Riscos
GT	Grupo de Trabalho
GT-GOV	Grupo de Trabalho para Implantação do
G1-G0v	Programa de Governança Institucional
IN	Instrução Normativa
NGRC	Núcleo de Governança, Riscos e Compliance
PAC	Plano Anual de Contratações
PANGRC	Plano Anual de Atividades do Núcleo de
PANGRO	Governança, Riscos e Compliance
PGI	Programa de Governança Institucional
PJPR	Poder Judiciário do Estado do Paraná
PNPC	Programa Nacional de Prevenção à Corrupção
RANGRC	Relatório das Atividades do Núcleo de
RANGRO	Governança, Riscos e Compliance
SEI!	Sistema Eletrônico de Informações
TCE-PR	Tribunal de Contas do Paraná
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e
13011	Territórios
TJPR	Tribunal de Justiça do Paraná



INTRODUÇÃO

Em consonância com os princípios que regem a boa governança pública e de acordo com o previsto no art. 9.º-A, § 1.º, inciso III, do Regulamento da Secretaria do Tribunal de Justiça, alterado pelo Decreto Judiciário nº 91/2021, o Núcleo de Governança, Riscos e Compliance apresenta o Relatório das Atividades do Núcleo de Governança, Riscos e Compliance - RANGRC, contendo as ações previstas para o ano 2022, bem como os seus respectivos resultados.

O RANGRC/2022 trata-se de instrumento de aferição dos resultados obtidos nas atividades delineadas no Plano Anual de Atividades do Núcleo de Governança, Riscos e Compliance – PANGRC/2022 (doc. 7067958 do SEI 0135687-38.2021.8.16.6000), possibilitando uma visão panorâmica das atividades de competência e dos resultados alcançados pela unidade em 2022.

Para maior transparência, as ações desenvolvidas serão apresentadas contendo a descrição da ação planejada e o seu respectivo resultado, incluindo-se as atividades que foram efetivadas de forma extraordinária, por não constarem no PANGRC/2022. Além dessas informações, o RANGRC/2022 apresenta a composição e estrutura do NGRC, bem como as ações de capacitação feitas pelos servidores que compõem a unidade.

A metodologia da apresentação, desse modo, objetiva que a Presidência, a Secretaria e os demais atores institucionais do Tribunal de Justiça possam avaliar os resultados alcançados pelo NGRC.

COMPOSIÇÃO E ESTRUTURA DO NGRC

Atualmente o Núcleo de Governança, Riscos e Compliance – NGRC é composto por 07 (sete) servidores, tendo em vista que o Assessor Técnico Augusto Cesar Piaskoski, que exercia cargo em comissão no TJPR, deixou a equipe em janeiro de 2023. A Coordenação é exercida por Thiago Martini Ribeiro Pinto, com formação superior em administração e em direito, e os Assessores Técnicos são:



- a) Alexandre Arns Steiner, com formação superior em engenharia civil;
 - b) Aline Luiza Lima Furlan, com formação superior em administração;
 - c) Fábio de Araujo, com formação superior em administração;
 - d) José Henrique Cesário Pereira, com formação superior em direito;
 - e) Laís Leopoldo Dantas, com formação superior em administração; e
- f) Roberta Geneci Neves Weber Teigão, com formação superior em tecnologia da informação.

Trata-se, portanto, de equipe multidisciplinar, característica relevante para a execução das ações concretizadas em 2022.

A estrutura do NGRC, em 2022, possuía o seguinte organograma:



AÇÕES E CAPACITAÇÕES

As atividades de governança, gestão de riscos, *compliance* e controle interno são orientadas por princípios e normas nacionais e internacionais, razão pela qual se torna indispensável a constante atualização de conteúdos e das melhores técnicas para o desenvolvimento das atribuições do NGRC.

Sendo assim, as capacitações têm por finalidade desenvolver competências para a realização das atividades previstas no planejamento de atividades, além de preparar os servidores nas melhores técnicas e boas práticas relacionadas às suas rotinas, aprendizado de novos conceitos e metodologias,



atualização de conhecimento, especialização e aperfeiçoamento em temas, buscando-se a excelência no exercício da prática laboral.

Para tanto, foram realizadas **20 (vinte) capacitações** no ano de 2022 que totalizaram **1.386 (mil trezentos e oitenta e seis) horas** conforme seguem:

	Atividade	Nº de servidores	Descrição	Carga
1	Curso - Scrum Master Fundamentos	01	Curso de Scrum Master Fundamentos realizado de 10 a 13 de janeiro.	16h
2	Pós-graduação em Direito Digital, Compliance e LGPD	01	Capacitação pelo Centro Universitário Uninter na pós-graduação em Direito Digital, Compliance e LGPD.	360h
3	Pós-Graduação em Formação docente para EAD	01	Capacitação pelo Centro Universitário Uninter na pós-graduação em formação docente para EAD.	360h
4	Palestra sobre "Apontamentos sobre o Programa Nacional de Prevenção à Corrupção no TJPR"	04	Palestra sobre "Apontamentos sobre o Programa Nacional de Prevenção à Corrupção no TJPR", promovida pelo Departamento de Auditoria Interna (DAUDI) em parceria com a Escola Judicial do Paraná (EJUD), ministrada por Maurício Cardoso Segundo, no dia 27 de julho de 2022, realizada de forma presencia na Celepar.	08h
5	Curso de Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais	02	Curso em EAD sobre Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais (Turma JUL/2022) com início em 12/07/2022 e com cargahorária promovido pela Escola Nacional de Administração Pública – Enap.	10h
6	Curso Fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados	01	Curso Fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados (Turma JUL/2022) com início em 12/07/2022 promovido pela Escola Nacional de Administração Pública – Enap.	15h
7	Curso Gestão de Riscos nas Contratações Públicas	03	Participação do Curso Gestão de Riscos nas Contratações Públicas, ministrado pela Escola Nacional de Administração Pública – Enap.	21h
9	IIIº Fórum de Governança no Sistema de Justiça	06	Participação no IIIº Fórum de Governança no Sistema de Justiça - ministrado pela EJUD	42h
10	Live Inventário de dados pessoais nos setores administrativos do Tribunal de Justiça	02	Participação na live sobre Inventário de dados pessoais nos setores administrativos do Tribunal de Justiça	04h
11	49º Seminário Nacional de TIC para Gestão Pública	01	Participação no 49º Seminário Nacional de TIC para Gestão Pública ministrado pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de TIC (ABEP-TIC).	18h



	Atividade	Nº de servidores	Descrição	Carga
12	IIº Encontro do Judiciário Paranaense Contra a Corrupção	08	Participação no IIº Encontro do Judiciário Paranaense Contra a Corrupção organizado pelo DAUDI, NGRC e EJUD.	56h
13	IVº Seminário Governança e Gestão de Contratações no Poder Judiciário - A Excelência como Prática (TJDFT)	01	Participação no IVº Seminário Governança e Gestão de Contratações no Poder Judiciário - A Excelência como Prática (TJDFT).	08h
14	Oficina de Matriz de Riscos na Nova Lei de Licitações e Contratos	01	Participação no IV Seminário Governança e Gestão de Contratações no Poder Judiciário - A Excelência como Prática (TJDFT).	08h
15	6º Encontro de Gestão Judiciária Sustentável	01	Participação no 6º Encontro de Gestão Judiciária Sustentável do TJPR	02h
16	VI Fórum Nacional de Controle (Youtube)	01	Participação na ação educacional "VI Fórum Nacional de Controle (Youtube)" do TCU	07h
17	Curso de Proteção de Dados Pessoais no Setor Público	01	Participação no Curso de Proteção de Dados Pessoais no Setor Público da Enap	15h
18	Curso de Gestão de Projetos – Gerenciamento de Projetos (PMI) na Administração Pública	01	Participação no Curso de Curso de Gestão de Projetos – Gerenciamento de Projetos (PMI) na Administração Pública da EJUD	20h
19	Pós-Graduação em Governança, Risco e Compliance	01	Capacitação pela Faculdade Unyleya no curso MBA Executivo em Governança, Risco e Compliance.	400h
20	Curso de Planejamento Estratégico	01	Participação no Curso de Planejamento Estratégico da EJUD	16h

AÇÕES PLANEJADAS E RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

O Plano Anual de Atividades do NGRC para o exercício de 2022 (PANGRC/2022), conteve o planejamento das atividades a serem realizadas no âmbito da Governança, Gestão de Riscos e *Compliance*. Para a elaboração do plano, ponderou-se que essas atribuições, em especial, serviriam de apoio ao Presidente e ao Secretário do TJPR de forma a prestar assessoria e orientação sobre temas relacionados às competências da unidade.



A proposta previu ações que obtiveram os resultados que seguem:

Atividade 1: Elaborar o Relatório de Atividades do NGRC.

Descrição da atividade: Apresentar ao Presidente e ao Secretário do Tribunal, até o último dia útil de fevereiro de cada ano, o Relatório das Atividades do Núcleo de Governança, Riscos e Compliance, contendo as atividades realizadas no ano anterior e seus resultados.

Resultado: dado cumprimento em 24.02.2022, no SEI 0023993-30.2022.8.16.6000, com a apresentação do RANGRC/2021.

Atividade 2: Elaborar a Carta Anual de Governança do Poder Judiciário do Estado do Paraná

Descrição da atividade: Elaborar a Carta Anual de Governança do Poder Judiciário do Estado do Paraná, com a finalidade de explicitar à sociedade e às partes interessadas as ações adotadas para o cumprimento dos objetivos institucionais e para a entrega de serviços de interesse público.

Resultado: dado cumprimento em 31.03.2022, no SEI 0038815-24.2022.8.16.6000, com a apresentação da Carta Anual de Governança, Ano 2021, no doc. 8253917, cuja aprovação pelo colendo Órgão Especial ocorreu em 24.10.2022.

<u>Atividade 3:</u> Coordenar o Grupo de Trabalho para Implantação do Programa de Governança Institucional (GTGov)

Descrição da atividade: Considerando a necessidade de fortalecer a governança do TJPR, bem como dar cumprimento às iniciativas previstas no Programa de Governança Institucional, o NGRC será responsável por coordenar e apoiar o Grupo de Trabalho responsável pela Implantação do Programa de Governança (GTGov) no Poder Judiciário estadual.

Resultado: dado cumprimento em 19.04.2022 com a apresentação da Minuta (doc. 7555771) que deu origem a Resolução nº 336-OE, de 25.04.2022 (doc. 7555771), contida no SEI 0128069-42.2021.8.16.6000, em que se instituiu a Política e o Sistema de Governança Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.



<u>Atividade 4:</u> Coordenar o Grupo de Trabalho para Implantação da Governança das Contratações (GTGovCon)

Descrição da atividade: Trata-se da continuidade da implantação das ações propostas no grupo de trabalho (GTGovCon) que teve início em 2021, para o atingimento das demandas elencadas na Resolução nº 347/2020 do CNJ, sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário.

Resultado: ao longo do ano de 2022 o NGRC atuou no acompanhamento da elaboração do Plano Anual de Contratações do TJPR para o ano de 2023 (SEI 0041763-36.2022.8.16.6000); no apoio para o estabelecimento de metas aos indicadores de contratações sustentáveis (SEI 0080074-96.2022.8.16.6000); na recomendação para a utilização do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da CGU pelo TJPR (SEI 0076850-58.2019.8.16.6000); além de reuniões e aconselhamentos às unidades contratantes do TJPR sobre diretrizes e boas práticas de governança das contratações. Além disso, em fevereiro de 2022 expediu manifestação técnica sobre o Decreto Estadual nº 10.086/2021 que trata da regulamentação da Nova Lei de Licitações no âmbito do Estado do Paraná (doc. 7327922).

Atividade 5: Elaborar o Programa de Avaliação da Satisfação dos Usuários do Poder Judiciário do Paraná

Descrição da atividade: Elaborar o Programa de Avaliação da Satisfação dos Usuários a fim de promover a aferição do grau de satisfação daqueles que se utilizam dos serviços prestados pelo Poder Judiciário estadual. Assim, com a implementação do Programa, será possível apresentar, de uma forma ampla, uma avaliação da percepção dos usuários dos serviços do Poder Judiciário, que é de extrema importância para se dimensionar o reflexo das ações que devem ser desenvolvidas para melhorias, servindo como vetor de direcionamento e planejamento governamental.

Resultado: em relação a essa ação foi dado cumprimento ao construir o projeto do programa, contemplando que a pesquisa de satisfação dos usuários apresente formulários temáticos nas seguintes áreas: a)- instalações físicas; b)-processo eletrônico – PROJUDI (sistema); c)- tempo de tramitação dos



processos; d)- atendimento; e)- pesquisa de jurisprudência; f)- pesquisa de legislação; g)- transparência; h)- acessibilidade; i)- site do TJPR; j)- serviços de TIC; e l) serviços prestados pela Escola Judicial do Paraná – EJUD. Os registros dessa atividade constam do SEI 0153105-52.2022.8.16.6000, cuja continuidade foi prevista para o ano de 2023, conforme atividade 5 do PANGRC/2023 (doc. 8431463 do SEI 0144271-60.2022.8.16.6000).

Atividade 6: Elaborar o Plano Anual de Atividades do NGRC

Descrição da atividade: Apresentar ao Presidente e ao Secretário do Tribunal, até 30 de novembro de cada ano, o Plano Anual de Atividades do Núcleo de Governança, Riscos e Compliance, contendo a proposta de atividades a serem executadas no ano subsequente.

Resultado: dado cumprimento no SEI 0144271-60.2022.8.16.6000, em 29.11.2022, com a apresentação do Plano Anual de Atividades do NGRC para o ano de 2023 (doc. 8431463), aprovado pelo Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça na decisão doc. 8512952.

<u>Atividade 7</u>: Definir os requisitos para o Sistema de Gestão de Riscos na contratação através do *Enterprise Resource Planning* - ERP

Descrição da atividade: Como uma das unidades demandantes do projeto para contratação de solução informatizada para Gerenciamento Administrativo Integrado – ERP (expediente SEI nº 0080428-58.2021.8.16.6000), o NGRC definirá os requisitos de sistema para que a referida solução contemple um módulo para o Gerenciamento de Riscos, trazendo benefícios diretos para a governança, gestão e auditoria interna, além de fortalecer as Três Linhas do Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário do Paraná.

Resultado: em relação a essa ação foi dado cumprimento no SEI 0080428-58.2021.8.16.6000, com início em janeiro, contando com dois representantes do NGRC no Planejamento da Contratação de solução informatizada para o Gerenciamento Administrativo Integrado – ERP (*Enterprise*



Resource Planning), atividade que abrange suporte à Secretaria e a elaboração de requisitos para o Módulo de Gestão de Riscos.

Atividade 8: Expandir o Gerenciamento de Riscos às unidades judiciais

Descrição da atividade: Expandir a gestão de riscos para o 1º grau de jurisdição, em processos realizados pelas secretarias de unidades judiciais, através de modelos a serem experimentados junto à Central de Movimentação Processual (CMP), unificando e padronizando controles e impulsionando a adoção das melhores práticas sugeridas pela CMP.

Resultado: conforme registros do SEI 0118435-85.2022.8.16.6000, foi realizada nos meses de outubro e novembro uma Oficina de Gestão de Riscos com foco no processo de "Expedição de Alvarás no Primeiro Grau de Jurisdição". Na oportunidade, foram identificados 14 riscos, sendo 10 em nível de risco Alto e Extremo, sendo a eles propostas ações de tratamento.

<u>Atividade 9:</u> Revisar a Política e o Manual de Gestão de Riscos

Descrição da atividade: Realizar a constante avaliação da necessidade de revisão da Resolução nº 272/2020 – OE/TJPR que instituiu a Política da Gestão de Riscos do Poder Judiciário do Estado do Paraná, assim como do Manual de Gestão de Riscos do Poder Judiciário do Estado do Paraná, aprovado pelo Decreto Judiciário nº 461/2021, considerando a evolução da maturidade da instituição no gerenciamento de riscos.

Resultado: deu-se cumprimento no SEI 0131880-73.2022.8.16.6000, nos meses de outubro a dezembro de 2022, com a análise dos documentos e a proposição de revisões de conceitos, estrutura e competências da Política de Gestão de Riscos e do Manual de Gestão de Riscos do PJPR. Os resultados dessa ação serão, oportunamente, encaminhados para apreciação do Comitê de Gestão de Riscos.

Atividade 10: Estruturar o Grupo de Trabalho para elaboração do Plano de Continuidade de Negócio



Descrição da atividade: Propor a constituição de um grupo de trabalho a ser composto pelas principais áreas da instituição envolvidas na temática, objetivando a construção de uma minuta de Política ou Plano de Continuidade de Negócio a ser apresentado para aprovação da Alta Administração do órgão.

Resultado: Em 2022 foi editada a Instrução Normativa nº 123 que dispõe sobre a Norma de Continuidade de Serviços Essenciais de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJPR. Referida norma contou com a revisão pela equipe da Assessoria Técnica do NGRC, que repassou considerações ao DTIC, as quais foram em boa parte acatadas e implantadas. Os registros desta atividade constam do SEI 0054728-46.2022.8.16.6000. Considerando a ação realizada pelo DTIC, entendeu-se como desnecessário, naquele momento, a constituição de um grupo de trabalho, conforme previsto originalmente.

Atividade 11: Elaborar o Programa de Compliance no TJPR

Descrição da atividade: Elaborar o Programa de Compliance do TJPR visando assegurar que a administração siga um caminho focado em cumprir à risca todas as determinações dos órgãos de regulamentação dentro do segmento de atuação, incentivando a transparência de processos, a governança e a prevenção contra ações corruptivas.

Resultado: em relação a essa ação foram iniciados estudos no sentido de alinhar um Programa de Compliance com um Programa de Integridade estabelecendo diretrizes e políticas que objetivam a conformidade com as leis, regulamentos e normas internas e externas (compliance), com as diretrizes e políticas para a prevenção, detecção e tratamento de ocorrências relacionadas à corrupção e a busca de ambientes organizacionais mais justos, eficientes, morais, éticos e transparentes (integridade). O registro desta atividade consta no SEI 0081983-76.2022.8.16.6000, sendo que a sua continuidade foi prevista no Plano de Ações 2023, na atividade 6 (doc. 8431463 do SEI 0144271-60.2022.8.16.6000).



Atividade 12: Orientação de compliance para as direções de fórum das Comarcas do Estado

Descrição da atividade: Direcionamento aos magistrados de primeiro grau que exercem a atividade de direção do fórum e aos servidores atuantes nas direções de fórum, diretrizes de *compliance* e gerenciamento de riscos visando o aperfeiçoamento dos controles internos e a eficiência nos processos de trabalho.

Resultado: em relação a essa ação foi construído um projeto de orientação e aconselhamento aos Diretores dos Fóruns e seus auxiliares sobre práticas de *compliance* no âmbito de atuação daqueles agentes públicos. A atividade está registra no SEI 0153278-76.2022.8.16.6000, tendo sido prevista sua continuidade, conforme o Plano de Ações 2023, na atividade 7 (doc. 8431463 do SEI 0144271-60.2022.8.16.6000).

Atividade 13: Regulamentar e apoiar o gerenciamento do Canal de Denúncias do Poder Judiciário do Estado do Paraná

Descrição da atividade: Tendo em vista o desenvolvimento e a implementação do Canal de Denúncias do Poder Judiciário do Estado do Paraná, em conjunto com a Ouvidoria-Geral da Justiça, serão propostas medidas de regulação das rotinas de monitoramento e aperfeiçoamento do Canal de Denúncias, bem como de gestão e adoção de procedimentos de investigação interna, em conformidade com as melhores práticas nacionais e internacionais de *compliance*.

Resultado: em relação a essa ação tem-se que as disposições sobre o Canal de Denúncia foram publicadas na página institucional do TJPR (https://www.tjpr.jus.br/web/canal-de-denuncias) e contam com vídeo explicativo que visa orientar e esclarecer as finalidades a que se destina o referido Canal. O texto informativo foi construído num trabalho conjunto realizado entre o NGRC e a Ouvidoria-Geral. Além disso, ao longo de 2022 foram encaminhadas 39 denúncias recepcionadas pela Ouvidoria-Geral para análise e sugestão de providências pela Coordenação do NGRC.



<u>Atividade 14</u>: Acompanhar e Assessorar a execução do Programa de Governança Institucional do TJPR

Descrição da atividade: Acompanhar e assessorar a execução do Programa de Governança Institucional aprovado pela Cúpula Diretiva do Tribunal de Justiça, atuando o NGRC como ferramenta de facilitação.

Resultado: foram iniciadas, no ano de 2022, 6 iniciativas previstas no Programa de Governança Institucional. Com isso, 100% das iniciativas previstas no PGI foram iniciadas, em cumprimento à atividade de acompanhar e assessorar a sua execução. Os registros do cumprimento do PGI constam do SEI 0128069-42.2021.8.16.6000.

<u>Atividade 15</u>: Orientar os gestores sobre práticas de Governança, Gestão de Riscos e Compliance.

Descrição da atividade: Aconselhar e orientar, mediante demanda, os gestores do Tribunal sobre as melhores práticas de governança, gestão de riscos e *compliance*.

Atividade	Número de servidores	Descrição	Período
Colaboração para o conteúdo sobre Governança nas Contratações para o Departamento do Patrimônio	01	Após consulta do Departamento do Patrimônio, que entrou em contato para que fossem respondidas duas perguntas pelo NGRC relativas ao tema de Governança nas Contratações, ocorreram as respostas que foram incluídas no informativo do respectivo Departamento.	Setembro
Criação de organogramas do Tribunal de Justiça	01	Criação dos organogramas da Minuta do novo Regulamento da Secretaria do TJPR por unidade.	Fevereiro
Criação de Painéis BI para acompanhamento dos SEIs	01	Criação dos painéis do BI com as informações do SEI para o Gabinete do Secretário e Consultoria Jurídica	Fevereiro a março
Criação do Código de Ética e Conduta - Visual Law para divulgação	02	Criação, em parceria com o Ateliê de Inovação, para fins de divulgação de fácil acesso do Código de Ética e de Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná em visual law.	Março a abril
Monitoramento do ranking da transparência do CNJ	02	Monitoramento do portal da transparência do TJPR para o relatório que foi encaminhado ao CNJ em 2022.	Janeiro a abril



Atividade	Número de servidores	Descrição	Período
Análise de compliance nos contratos do TJPR	05	Análise de compliance solicitada pelo Excelentíssimo Presidente do TJPR, nos contratos firmados pelo TJPR no DTIC, DEA e DGST.	Janeiro a dezembro
Revisão do Política de Gestão de Riscos de Tecnologia de Informação e Comunicação	02	Revisão do Plano de Gestão de Riscos de Tecnologia de Informação e Comunicação.	Maio
Criação de Painéis BI de todas as Consultorias Jurídicas do TJPR	01	Criação de Painéis BI de todas as Consultorias Jurídicas do TJPR	Maio
Criação de gráficos para embasamento do quantitativo de servidores	01	Criação de gráficos para NGRC, Consultoria Jurídica e Secretaria para embasamento do quantitativo de servidores.	Agosto
Revisão da Instrução Normativa nº 63/2021- OE	01	Estudos para adequar a Instrução Normativa nº 63/2021 e, no que couber, a Instrução Normativa nº 11/2018, à Resolução nº 327/2021-OE.	Julho e encontra- se em andamento
Desenvolvimento de mapa das regionais no BI	01	Desenvolvimento de mapa no BI para Grupos Regionais Gestores e Equipe Multidisciplinar.	Agosto
Elaboração de apresentação no MIRO	01	Elaboração de apresentação no MIRO sobre a minuta que cria e normatiza a atuação de Grupos Regionais Gestores de Equipe Multidisciplinar.	Agosto
Acompanhar os prazos de determinações decorrentes do Conselho Nacional de Justiça	01	Acompanhar os prazos de determinações decorrentes do Conselho Nacional de Justiça quando solicitado ao NGRC.	Janeiro a dezembro

Atividade 16: Participar em Comissões, Comitês, Grupos de Trabalho Descrição da atividade: Participar das Comissões, Comitês e Grupos de Trabalho nos assuntos correlatos ao NGRC aos quais forem requisitadas a presença de integrantes da equipe.

Atividade	Número de servidores	Descrição	Período
Comissão de Ética e de Conduta	01	Participação como Secretário e membro com a lavratura das atas das 10 reuniões ocorridas em 2022, bem como das demais atividades descritas no Relatório (8427924) do SEI 0145109-03.2022.8.16.6000.	



Atividade	Número de servidores	Descrição	Período
Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais	01	Participação como membro do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais, auxiliando na análise de expedientes e na participação das 09 (nove) reuniões do comitê no ano de 2022.	Janeiro a dezembro
Grupo de Trabalho com a finalidade de promover estudos para adequar a Instrução Normativa nº 63/2021 e, no que couber, a Instrução Normativa nº 11/2018, à Resolução nº 327/2021- OE	01	Grupo de Trabalho, formado por servidores da SECRETARIA, DPLAN, DTIC, DP e NGRC para promoverem estudos para adequar a Instrução Normativa nº 63/2021 e, no que couber, a Instrução Normativa nº 11/2018, à Resolução nº 327/2021-OE, preestabelecendo critérios para o fornecimento de bens móveis e ativos de TIC aos projetos institucionais, fixando-se conjunto de pontos de controle e critérios mínimos para a disponibilização, instalação temporária e transporte de ativos de TIC fora das dependências físicas do TJPR (R3, R7, R8, R12).	Julho e encontra- se em andamento
Grupo de Trabalho das brigadas de incêndio do TJPR	02	Instituição e participação no Grupo de Trabalho, conforme Portaria 4140/2022 - SEC, na qualidade de Coordenador e Secretário, com a finalidade de regulamentação da Brigada de Incêndio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que após 04 reuniões deliberou pela aprovação da proposta de Instrução Normativa que deverá ser encaminhada à Presidência para análise.	Maio a julho.
Grupo de trabalho de estudos aprofundados sobre a aplicabilidade da Ata de Registro de Preços para Serviços Comuns de Engenharia	02	Grupo de trabalho formado por representantes do Gabinete da Secretária, Departamento de Engenharia e Arquitetura (DEA), Departamento de Auditoria Interna (DAUDI) e Núcleo de Governança, Riscos e Compliance (NGRC), para a elaboração de ato normativo para regulamentar atos relacionados ao planejamento e/ou execução de obras e serviços de engenharia, no qual deverá constar o mapeamento dos processos de trabalho, indicação dos documentos que devem instruir os expedientes, fluxo dos processos, objetivos, riscos e medidas de controle (check-list ou outro similar), bem como sobre as hipóteses de utilização do sistema de registro de preços (SRP), critérios mínimos para elaboração de pareceres técnicos e estimativa de valor programado inicialmente para a obra.	Janeiro a julho



Atividade	Número de servidores	Descrição	Período
Grupo de Trabalho de Política de Acessibilidade e Inclusão	01	Participação no GT visando elaborar e apresentar minuta estabelecendo a Política de Acessibilidade e Inclusão no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.	Julho e encontrase em andamento
Grupo de Trabalho de proposta de redação da nova IN sobre o processo de pagamento de despesas do TJPR	02	Participação do Grupo de Trabalho que elaborou a proposta de redação da nova IN que trata sobre o processo de pagamento de despesas do TJPR	Julho a dezembro
Grupo de Trabalho do Plano de Transformação Digital	01	Participação no Grupo de Trabalho do Plano de Transformação Digital.	Maio a dezembro
Grupo de trabalho do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC)	01	Participação na 2 a etapa do processo de adesão do TJPR ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), que consiste numa proposta inovadora adotado pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), coordenada e executada pelas Redes de Controle nos Estados, patrocinada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU).	Julho e encontra- se em andamento
Grupo de Trabalho para avaliação e estudo da Instrução Normativa nº 05/2010	01	Grupo de Trabalho visando fazer a avaliação da necessidade de manutenção e elaboração de proposta de nova redação da IN 05/2010.	Setembro a dezembro
Grupo de Trabalho para desenvolvimento de Instrução Normativa que vise regulamentar atos relacionados ao procedimento de aquisição e permuta de imóveis pelo Poder Judiciário	01	Grupo de trabalho formado por representantes do Gabinete da Secretária, Departamento de Engenharia e Arquitetura (DEA), Departamento de Auditoria Interna (DAUDI) e Núcleo de Governança, Riscos e Compliance (NGRC), para a elaboração de ato normativo para regulamentar os atos relacionados ao procedimento de aquisição e permuta de imóveis pelo Poder Judiciário, no qual deverá constar o mapeamento dos processos de trabalho, indicação dos documentos que devem instruir os expedientes, fluxo dos processos, objetivos, riscos e medidas de controle (check-list ou outro similar), critérios mínimos para elaboração de pareceres técnicos referentes ao estado/localização/preço do imóvel.	Janeiro a novembro



Atividade	Número de servidores	Descrição	Período
Grupo de Trabalho para Implantação do Programa de Governança Institucional - GT-Gov	02	Grupo de trabalho que visa identificar as instâncias internas de governança do TJPR, atribuindo papéis e responsabilidades; estabelecer o fluxo de reporte de informações às partes interessadas; estabelecer o processo de avaliação, direcionamento e monitoramento da gestão pelas instâncias de governança; regulamentar o Modelo de Governança do TJPR e dar publicidade. Além disso, caberá ao Grupo de Trabalho monitorar a implantação das iniciativas previstas no Programa de Governança Institucional, aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente.	Janeiro e encontra- se em andamento
Grupo de Trabalho para Implantação da Governança das Contratações - GTGovCon	01	Coordenação do Grupo de Trabalho para a implantação das iniciativas da Resolução nº 347/2020 - CNJ, no âmbito do Tribunal de Justiça do Paraná.	Janeiro e encontra- se em andamento
Grupo de Trabalho que que dispõe acerca dos requisitos e da metodologia de análise para a efetivação do reequilíbrio econômico-financeiro de contratos administrativos relativos a obras e serviços de engenharia	01	Participação no Grupo de Trabalho que elaborou a redação da IN 110/2022, que regulamentou o procedimento para os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro de contratos de obras de engenharia.	Maio a julho
Comitê de Gestão por Competências no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	01	Participação no Comitê de Gestão por Competências no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	Fevereiro e encontra- se em andamento

<u>Atividade 17:</u> Prover Suporte Técnico para o estabelecimento da Governança, Gestão de Riscos e Compliance

Descrição da atividade: Prover suporte técnico e metodológico ao Presidente e a Secretária do Tribunal de Justiça para o estabelecimento de políticas e diretrizes internas de governança, gestão de riscos e *compliance*.



Atividade	Número de servidores	Descrição	Período
Palestra sobre guarda de bens públicos com base no Código de Ética e Conduta	01	Palestra direcionada aos servidores e colaboradores do Barracão, DGST, DTIC e DEA sobre a temática guarda de bens públicos com base no Código de ética e Conduta.	Março a maio
Curso sobre o Código de Ética e Conduta para EJUD	01	Criação do curso sobre o novo Código de Ética e de Conduta do TJPR que é apresentado pela EJUD e está disponível em https://ead.tjpr.jus.br/course/view.php?id=697.	Janeiro a março
Curso de Gerenciamento de riscos a ser disponibilizado pela EJUD	02	O curso baseado no Manual de Gestão de Riscos do Poder Judiciário do Estado do Paraná e nas Oficinas de Gestão de Riscos desenvolvidas e conduzidas pelo NGRC, objetiva capacitar o público interno do TJPR nas fases do gerenciamento de riscos, bem como auxiliar na expansão do gerenciamento de riscos a todos os processos da Cadeia de Valor do PJPR.	Agosto a dezembro
Criação e desenvolvimento e apresentação do Workshop sobre o processo de pagamento de despesas do TJPR	03	Capacitação e treinamento dos servidores dos Departamentos e Centros quanto á Instrução Normativa nº 05/2017	Outubro

Atividade 18: Coordenar e Monitorar o Gerenciamento de Riscos

Descrição da atividade: Promover a coordenação e o acompanhamento do gerenciamento de riscos no Tribunal. Esta atividade inclui prestar apoio técnico e metodológico às unidades do TJPR nas ações do processo de gerenciamento de riscos. Exclui-se dessa atividade a execução das tarefas que devem ser realizadas diretamente pelos gestores de riscos.

Atividade	Número de servidores	Descrição	Período
Plano de Gerenciamento de Riscos para o processo de Realização de Oficinas de Gestão de Riscos	02	Proposta de Plano de Gerenciamento de Riscos no processo de Realização de Oficinas de Gestão de Riscos (SEI 0140808-13.2022.8.16.6000).	Novembro e dezembro
Plano de Gerenciamento de Riscos no processo de Elaboração da Carta Anual de Governança	03	Proposta de Plano de Gerenciamento de Riscos no processo de Elaboração da Carta Anual de Governança (SEI 0140835-93.2022.8.16.6000).	Novembro e dezembro



Atividade	Número de servidores	Descrição	Período
Plano de Gerenciamento de Riscos no processo de Análise de Compliance nas Contratações	05	Proposta de Plano de Gerenciamento de Riscos no processo de Análise de Compliance nas Contratações (SEI 0143578-76.2022.8.16.6000).	Novembro e dezembro
Desenvolvimento de modelo de Relatório de Gerenciamento de Riscos para o SEI	02	Apresentação da proposta para a criação de modelo padrão de documento (doc. 7988481), a ser disponibilizado no Sistema SEI, denominado "Relatório de Gerenciamento de Riscos", com o objetivo de auxiliar no registro e na comunicação das informações levantadas em todas as fases do gerenciamento de riscos, de maneira padronizada, para todo o Poder Judiciário do Estado do Paraná	Agosto e setembro
Criação de modelo documento SEI para Mapa de Riscos das Contratações	03	Apresentação de proposta de modelo padrão de documento a ser disponibilizado no Sistema SEI, denominado "Mapa de Riscos na Contratação", para ser utilizado pelas áreas técnicas envolvidas nos processos de contratações do Tribunal de Justiça. Destaca-se que o modelo proposto foi submetido à apreciação do Comitê de Gestão de Riscos do Poder Judiciário do Paraná, tendo sido aprovado em 4ª Reunião, conforme documentado em ata (doc. 7736980) do SEI 0068207-09.2022.8.16.6000	Maio
Reunião com as unidades envolvidas no processo de contratação para apresentação do Mapa de Riscos das Contratações	02	Reunião com as unidades envolvidas no processo de contratação para apresentação do Mapa de Riscos das Contratações	Julho

Atividade 19: Prestar Suporte Técnico ao Comitê de Gestão de Riscos Descrição da atividade: Prestar apoio e suporte técnico ao Comitê de Gestão de Riscos do TJPR. Esta atividade inclui secretariar os trabalhos do Comitê, conforme previsto no art. 6.º, § 1.º, da Resolução nº 272/2020-OE/TJPR, que dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos.

Resultado: em 2022 foram realizadas a 4ª Reunião do Comitê de Gestão de Riscos do PJPR em 25.05.2022 e a 5ª Reunião do Comitê de Gestão de Riscos do PJPR em 19.08.2022.



Atividade 20: Realizar Oficinas de Gestão de Riscos nas unidades do TJPR

Descrição da atividade: Prestar apoio e suporte técnico às unidades do Tribunal de Justiça, por meio de Oficinas de Gestão de Riscos, com o emprego das técnicas de *writestorming* e *Design Thiking*, na Plataforma Miro, objetivando auxiliar os gestores no processo de gerenciamento de riscos.

Resultado: em relação a essa ação foram realizadas as seguintes atividades:

Atividade	Número de servidores	Descrição	Período
Oficina de Gestão de Riscos para Aquisição e alienação de imóveis para o TJPR.	02	Oficina de Gestão de Riscos para aquisição e alienação de imóveis para o PJPR de forma adequada, com regras e critérios padronizados, com segurança jurídica, para obtenção da melhor compra e melhor utilização dos recursos públicos.	Fevereiro
Oficina de Gestão de Riscos para pagamento de despesas realizadas pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná	02	Oficina de Gestão de Riscos sobre a temática pagamento de despesas realizadas pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná.	Agosto
Oficina de Gestão de Riscos para Plano de Transformação Digital	02	Criação e realização de Oficina de Gestão de Riscos com painéis específicos para riscos na implantação do Plano de Transformação Digital.	Março
Oficina de Gestão de Riscos para o Projeto de Contratação do ERP	02	Realização de Oficina de Gestão de Riscos da demanda visando a contratação de solução informatizada para Gerenciamento Administrativo Integrado – ERP.	Abril
Oficina de Gestão de Riscos para expedição de alvarás direcionada aos integrantes da Central de Movimentação Processual (CMP)	03	Oficina visando a gestão de riscos para o 1º grau de jurisdição, em processos realizados pelas secretarias de unidades judiciais, através de modelos a serem experimentados junto à Central de Movimentação Processual (CMP), unificando e padronizando controles e impulsionando a adoção das melhores práticas sugeridas pela CMP.	Outubro e novembro

Atividade 21: Monitorar o envio de dados ao SIAP e SEI-CED

Descrição da atividade: Monitorar o envio de informações pelo Tribunal de Justiça do Paraná ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), por meio do Sistema Integrado de Atos de Pessoal (SIAP) e do Sistema Estadual de Informações - Captação Eletrônica de Dados (SEI-CED).



Resultado: em relação a essa ação foram realizadas as seguintes atividades:

Atividade	Número de servidores	Descrição	Período
Monitoramento de dados lançados no SEI-CED - TCE	02	Acompanhamento e monitoramento dos dados que são lançados no SEI-CED (se o lançamento está dentro do prazo; se os dados lançados estão corretos) (SEI 0014942-92.2022.8.16.6000).	Janeiro a dezembro
Monitoramento de dados lançados no SIAP - TCE	02	Acompanhamento e monitoramento dos dados que são lançados no SIAP (se o lançamento está dentro do prazo; se os dados lançados estão corretos) (SEI 0015072-82.2022.8.16.6000).	Janeiro a dezembro
Acompanhamento de diligências do TCE em relação ao SIAP	01	Acompanhamento de esclarecimentos perante o TCE sobre correção de documentação encaminhada em casos de inativação de servidores (SEI 0093469-58.2022.8.16.6000)	Janeiro a dezembro
Atualização do procedimento de controle para os prazos do SEI-CED e SIAP, referentes ao ano de 2022	01	Criação de tarefas no MS Teams e estabelecimento de procedimentos de controle.	Janeiro

Atividade 22: Atuar como facilitador frente às recomendações de auditoria interna

Descrição da atividade: Atuar, quando demandado, como facilitador frente às recomendações de auditoria interna, atuando o NGRC como indicador e interlocutor de medidas a serem adotadas frente às recomendações exaradas pelo Departamento de Auditoria Interna e acolhidas pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Resultado: em relação a essa ação foram realizadas atividades de monitoramento e acompanhamento das recomendações do DAUDI encartadas nos SEIs 0113995-46.2022.8.16.6000, 0017830-34.2022.8.16.6000, 0081061-35.2022.8.16.6000, 0026642-65.2022.8.16.6000, 0071329-64.2021.8.16.6000 e 0047189-63.2021.8.16.6000.

Atividade 23: Monitorar as recomendações do TCE-PR

Descrição da atividade: Monitorar, quando determinado pelo Presidente ou Secretária do Tribunal, as recomendações estabelecidas pelo



Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR, a fim de contribuir para o seu cumprimento, pela unidade responsável, nos prazos estabelecidos pela Corte de Contas.

Resultado: em relação a essa ação foram realizadas atividades de monitoramento das recomendações do TCE-PR dos SEIs 0030250-08.2021.8.16.6000 e 0017609-85.2021.8.16.6000.

Atividade 24: Atuar como líder da área negocial na priorização das demandas de TIC da Secretaria

Descrição da atividade: Receber, analisar e estabelecer a priorização das demandas de sistemas de TIC desenvolvidos pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, oriundas dos Departamentos do Tribunal.

Resultado: ao longo de 2022 foi realizada a priorização de 79 demandas oriundas dos departamentos da Secretaria do Tribunal de Justiça.

AÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

As ações extraordinárias são as atividades que foram efetivadas de forma excepcional, pois não constavam do planejamento previsto no PANGRC/2022, mas que fazem parte das atribuições do NGRC e foram demandadas durante o ano de 2022.

Nesse sentido foram realizadas as seguintes atividades extraordinárias não previstas no PANGRC/2022:

Atividade	Número de servidores	Descrição	Período
Capacitação Miro	01	Participação no Projeto "Semana de Integração e Aperfeiçoamento - jan/2022" dos servidores e estagiários da Unidade Especial de Atuação no Primeiro Grau de Jurisdição (UEA), ministrando treinamento sobre a Plataforma Miro.	Janeiro
Painéis BI para acompanhamento da Gestão de Riscos	01	Criação de painéis BI para acompanhamento da Gestão de Riscos	Agosto



Atividade	Número de servidores	Descrição	Período
Apoio ao Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais	04	Ações de apoio ao Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais conforme solicitado no SEI 0048819-23.2022.8.16.6000 no Plano de Ações doc. 7589905, sendo realizado em 2022 o inventário de dados pessoais dos departamentos administrativos do TJPR	Outubro e encontra- se em andamento
Controle das brigadas de incêndio do TJPR	02	Conforme apontado no expediente 0072980-34.2021.8.16.6000, o NGRC fez análise profunda sobre a situação precária das brigadas de incêndio do PJPR, o que originou o início dos trabalhos de GT propondo a criação de IN que visa regulamentar o tema de forma bastante ampla.	Janeiro a março.
Participação no Plano de Comunicação do Sistema de Controle Interno – PCom-SCI	01	Participação no grupo focal, com a participação do Departamento de Comunicação Cerimonial e DAUDI para construção de 04 vídeos com as temáticas O Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário do Estado do Paraná; a Primeira Linha; a Segunda Linha e a Terceira Linha.	Março a setembro
Coleta de informações para compor a Comunicação de Engajamento (COE) do TJPR para a ONU	01	Reporte de ações, iniciativas e projetos que se relacionam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e com os Princípios do Pacto Global iniciados pelo Gabinete da Secretária, por meio do Núcleo de Governança, Riscos e Compliance (NGRC), nos anos de 2021 e 2022, para compor a Comunicação de Engajamento (COE).	Agosto e setembro
Criação, desenvolvimento e apresentação do Workshop sobre o processo de pagamento de despesas do TJPR	03	Capacitação e treinamento realizado pelo NGRC dos servidores dos Departamentos e Centros do TJPR quanto à Instrução Normativa nº 05/2017.	Outubro

Além dessas ações não inicialmente planejadas, o NGRC atuou junto aos demais atores institucionais para viabilizar a realização de dois eventos com o objetivo de difundir e promover o debate sobre temas relevantes para a boa governança institucional, quais sejam:

Evento: III Fórum de Governança no Sistema de Justiça

Descrição: Evento desenvolvido em parceria com a Rede Governança Brasil que forneceu ao público do TJPR, assim como o de outras instituições do



Sistema de Justiça, debates sobre as boas práticas de Governança aplicada ao Setor Público, em especial, às instituições integrantes do Sistema de Justiça brasileiro.

Data de realização: 12 de maio de 2022

Evento: Il Encontro do Judiciário Paranaense Contra à Corrupção

Descrição: Segunda edição do evento realizado a partir de iniciativa do NGRC, em parceria com o DAUDI, Rede de Controle da Gestão Pública e Comissão de Ética e Conduta do TJPR, em comemoração ao Dia Internacional de Combate à Corrupção.

Data da realização: 7 de dezembro de 2022

Por fim, ao longo de 2022, o NGRC foi consultado por algumas instituições do Sistema de Justiça para o intercâmbio de informações sobre as áreas de atuação da unidade.

Órgão	Data	Assunto
Tribunal de Justiça de Goiás - TJGO	13/05/2022 Presencial	Visita para conhecer os trabalhos desenvolvidos para o aperfeiçoamento da governança institucional.
Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC	25/05/2022 Virtual	Conversa para conhecer os trabalhos desenvolvidos para o aperfeiçoamento da governança institucional.
Conselho Nacional de Justiça - CNJ	29/08/2022 Virtual	Conversa para conhecer os trabalhos desenvolvidos na áreas de <i>compliance</i> e controles internos, incluindo o modo de atuação coordenada do Sistema de Controle Interno.
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul - TJRS	18/10/2022 Virtual	Conversa para conhecer os trabalhos desenvolvidos na áreas de gestão de riscos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente Relatório Anual de Atividades do Núcleo de Governança, Riscos e Compliance – RANGRC/2022 estão expostas as ações realizadas pelo NGRC ao longo do ano de 2022.

O relatório visou demonstrar, de forma transparente, que todas as 24 (vinte e quatro) atividades previstas no PANGRC/2022 tiveram ações



relacionadas executadas. Além das programadas originalmente, outras **09** (**nove**) ações extraordinárias foram realizadas, pois foram demandadas pelo Presidente, Secretária ou gestores do Tribunal de Justiça, uma vez que estavam de acordo com as atribuições do NGRC, consoante previstas no Decreto Judiciário nº 91/2021.

Assim, diante das ações detalhadas no presente relatório e das 20 (vinte) capacitações no ano de 2022, que contemplaram 1.386 (mil trezentos e oitenta e seis) horas, adveio o aprimoramento da equipe para a obtenção do resultado apresentado.

Tem-se, desse modo, que o Núcleo de Governança, Riscos e Compliance cumpriu o seu papel institucional no sentido de contribuir para o aperfeiçoamento da governança, gestão de riscos, *compliance* e integridade do Tribunal de Justiça e, como consequência, colaborando para que o Poder Judiciário paranaense possa entregar serviços e resultados transparentes e de interesse da sociedade.

Curitiba, fevereiro de 2023.

NÚCLEO DE GOVERNANÇA, RISCOS E COMPLIANCE - NGRC





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Pç. Nossa Senhora da Salete - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-912 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

DESPACHO Nº 8763844 - STJPR-GS-NGRC-C

SEI!TJPR N° 0032127-12.2023.8.16.6000 SEI!DOC N° 8763844

- I Trata-se de expediente no qual o Núcleo de Governança, Riscos e *Compliance* NGRC apresenta o <u>Relatório Anual de Atividades do Núcleo de Governança,</u> Riscos e *Compliance* (RANGRC) referente ao exercício de 2022.
- II Considerando as disposições do Decreto Judiciário n.º 91/2021, em especial, o art. 1º, no sentido de que o NGRC está vinculado à Presidência do Tribunal de Justiça, bem como o §1º do mesmo artigo, aduzindo que o Núcleo prestará apoio e assessoramento direto ao Presidente e ao Secretário do Tribunal de Justiça nos temas relacionados à governança, gestão de riscos, *compliance* e controles internos, **DECLARO CIÊNCIA** ao conteúdo do Relatório Anual de Atividades do Núcleo de Governança, Riscos e *Compliance* (doc. 8763199) alusivo ao exercício de 2022.
- **III -** Encaminhe-se à elevada apreciação do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, Des. Luiz Fernando Tomasi Keppen.

Curitiba, data da assinatura eletrônica.

JOSÉ LUIZ FARIA DE MACEDO FILHO

Secretário do Tribunal de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **JOSE LUIZ FARIA DE MACEDO FILHO**, **Secretário do Tribunal de Justiça**, em 02/03/2023, às 18:51, conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjpr.jus.br/validar informando o código verificador **8763844** e o código CRC **67EE7F29**.

0032127-12.2023.8.16.6000 8763844v3



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Pç. Nossa Senhora da Salete - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-912 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

DECISÃO Nº 8763878 - STJPR-GS-NGRC-C

SEI!TJPR Nº 0032127-12.2023.8.16.6000 SEI!DOC Nº 8763878

- I Por meio do Ofício doc. 8753601, o Núcleo de Governança, Riscos e Compliance NGRC apresenta o seu Relatório Anual de Atividades referente ao exercício de 2022, submetendo-o para apreciação do Secretário e do Presidente do Tribunal de Justiça, em vista das disposições contidas no Decreto Judiciário n.º 91/2021. Essa medida se dá porque o NGRC está vinculado à Presidência e presta apoio e assessoramento direto ao Presidente e ao Secretário do Tribunal de Justiça em questões relacionadas à governança, gestão de riscos, compliance e controles internos.
- II Observa-se, do contido no Relatório doc. 8763199, que a unidade realizou importantes ações relacionadas às temáticas de governança, gerenciamento de riscos, *compliance*, integridade e controles internos, que contribuíram sobremaneira para o aperfeiçoamento da governança institucional do Judiciário paranaense.
- III Por meio do Despacho doc. 8763844, o Secretário do Tribunal de Justiça declarou ciência ao aludido Relatório e o encaminhou à apreciação da Presidência.
- IV Considerando a relevância das ações executadas para o aperfeiçoamento da governança e da gestão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, EXARO CIÊNCIA ao contido no Relatório Anual de Atividades do Núcleo de Governança, Riscos e Compliance (PANGRC), alusivo ao exercício de 2022.
- **V -** Dê-se a necessária divulgação, incluindo-se a disponibilização no portal eletrônico desta Corte.
- **VI -** Encerre-se nessa unidade e retorne o expediente ao NGRC para ciência e demais providências.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná



Documento assinado eletronicamente por Luiz Fernando Tomasi Keppen, Presidente do Tribunal de Justiça, em 06/03/2023, às 21:26, conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjpr.jus.br/validar informando o código verificador **8763878** e o código CRC **B4F7B261**.

0032127-12.2023.8.16.6000 8763878v4